

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

PROJETO DE LEI Nº 5.717, DE 2001

Altera as Leis nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, e nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que instituem os Códigos Civil Brasileiro e de Proteção e Defesa do Consumidor.

Autor: Deputado Carlos Batata

Relator: Deputado Luiz Bittencourt

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.717, de 2001, de autoria do Nobre Deputado Carlos Batata, sugere alterar o art. 1.531 da lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916, Código Civil Brasileiro, que passará a ter a seguinte redação, diferente da anterior apenas pela inclusão dos elementos por nós grifados:

“Aquele que **apresentar e praticar cobrança ou** demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas, ou pedir mais do que foi devido, ficará obrigado a pagar **ao cobrado ou** devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se, por lhe estar prescrito o direito, decair a ação”.

Acrescenta à lei supracitada o art. 1.531-A, que se refere às penas que estão nos arts. 1.530 e 1.531, aplicadas nos casos de cobrança extrajudicial, exceto quando o credor retratar-se ou comprovar boa-fé.

Propõe, também, alteração do parágrafo único do art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor –CDC-, determinando que o consumidor terá direito à restituição em dobro do que lhe for cobrado indevidamente, mesmo se ainda não houver pago o pedido em excesso.

O projeto não recebeu emendas e cabe-nos, nesta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, analisar a questão no que tange à defesa do consumidor e às relações de consumo.

II - VOTO DO RELATOR

Não obstante a meritória intenção do ilustre proponente em desejar proteger o direito daquele que é cobrado indevidamente, clareando a redação disposta no Código Civil, acreditamos que a proposta perde seu sentido devido ao fato de termos a partir de 1º de janeiro de 2003 um novo Código Civil em vigor que, automaticamente, revogará a lei que se pretende alterar.

Quanto à alteração do Código de Defesa do Consumidor, não achamos que seja viável a restituição em dobro do que for cobrado indevidamente sem o consumidor ter realmente pago, pois tem ele, o consumidor, todo o direito de não pagar o valor indevido e, na insistência do credor, documentar-se, procurar o Judiciário e fazer valer a disposição do próprio Código Civil

Diante do exposto, somos pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.717, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2002.

Deputado Luiz Bittencourt
Relator